

DISTORÇÃO DE VALORES ⁽¹⁾

Gilmar Gusmão Dadalto ⁽²⁾

A questão da dívida rural, tão polemizada nas últimas semanas, tem motivado reflexões sobre a sensibilização e a conscientização da sociedade urbana brasileira, com relação à importância do setor agrícola. Independentemente do mérito da questão, exageros e distorções à parte, fica evidente que muitos dos segmentos representativos da sociedade urbana brasileira ainda não estão sensíveis aos problemas da área rural. Isso serve de referência para os governos, que não dão prioridade à agricultura.

O Governo Federal aprovou o PROER (Programa de Recuperação dos Bancos) e a sociedade aceitou, principalmente os correntistas dos bancos beneficiados, por causa do risco de perder o dinheiro. Aceitou também a renúncia fiscal para a implantação da fábrica de veículos da Ford, sob a alegação da geração de emprego. Aceitou o aumento salarial dos militares temendo o aumento da falta de segurança.

Entretanto, quando se trata de beneficiar o setor agrícola, muito pouco é feito efetivamente. A sociedade urbana brasileira ainda não reconheceu a função estratégica do setor agrícola de vital importância na geração de empregos e na produção de alimentos. Ao contrário, a agricultura tem sido usada pelo governos nos últimos anos, apenas como sustentáculo da economia brasileira, primeiramente servindo como “âncora” ao plano real e, agora, neste ano de 1999, como importante segmento para ampliar as exportações e assegurar taxas positivas do PIB nacional.

Existe uma distorção cultural e histórica no Brasil com relação ao meio rural que trata o produtor de forma extrema: por um lado, ele é considerado como um grande capitalista, denominado “senhor do engenho”, “rei do gado”, rei da soja, “barão do café”, por outro, é visto como analfabeto, verminótico, representado na figura do “Jeca Tatu”. Na verdade, a maioria das propriedades brasileiras é composta de agricultores familiares, que possui um perfil totalmente diferente do que foi preconcebido pela sociedade brasileira.

A agricultura deve ter tratamento diferenciado dos outros setores, pois possui peculiaridades próprias, incomuns em outros setores. Como exemplo, podemos considerar o elevado risco na produção. O agricultor depende das condições naturais e biológicas, mesmo quando procura controlar todos esses fatores. Além disso, a agricultura é de elevada função social, pois é um dos setores que mais geram emprego por unidade de capital aplicado. Representa cerca de 10% do PIB capixaba e emprega aproximadamente 30% da mão-de-obra economicamente ativa, cerca de três vezes mais que a média de outros setores da economia.

Na Europa e em vários países desenvolvidos – como os Estados Unidos que é considerado um país liberal – há uma real proteção ao produtor rural. Naqueles lugares, o cidadão da área urbana tem consciência da importância da agricultura e concorda em subsidiar a atividade agrícola por reconhecer que o êxodo rural é danoso para o meio urbano. A sociedade sabe que a produção agrícola é de elevado risco e um setor estratégico, como também tem consciência que a conservação do meio ambiente natural (solo, água, florestal) tem uma maior dimensão no meio rural e reduz o impacto ambiental no meio urbano. Desta forma, pagam para que os agricultores continuem no campo.

Sabemos que o processo de conscientização é longo e demorado, porém o importante é iniciá-lo. Para isso é necessário uma maior união de todos os segmentos organizados ligados à cadeia da produção rural, promovendo ações que mostrem à sociedade urbana a importância do setor .

agrícola. Quem sabe, num futuro não muito distante, a agricultura venha a ser reconhecida e valorizada, à semelhança dos países mais desenvolvidos.

(1) Publicado em A Gazeta, Vitória/ES, 24/09/1999.

(2) Eng. Agrônomo do Incaper e Presidente da Sociedade Espiritossantense de Engenheiros Agrônomos.

A PUJANTE AGRICULTURA CAPIXABA ⁽¹⁾